

Felicidade importa!

Uma análise introspectiva e o papel do governo na busca do bem-estar

Mario Cezar Silva Serpa¹

"Dinheiro traz felicidade? Não, manda buscar!". Essa frase (anedótica), tem algum cunho de verdade, mas está longe de ser representativa. Seja no campo individual ou coletivo, fosse verdade, países com maiores PIB per capita estariam no topo da lista como os mais felizes e, de fato, por inúmeras pesquisas, isso não se verifica. Mas, obviamente, a sensação de bem-estar e satisfação da população tem se tornado, cada vez mais, foco de governos e direcionamento de suas políticas públicas. Como o conceito varia para cada indivíduo, com questões objetivas e subjetivas, a lógica não é trivial e o intento precisa ser, então, comum e de alcance e impactos positivos para todos.

Se não é fácil ser feliz, a procura pela felicidade tem se tornado, para várias sociedades, motivo principal da vida. O caminho, e não o fim, parece importar mais. O *trade-off* dos "bens" que nos trazem satisfação (utilidade), são dinâmicos, mudam conforme situações conjunturais, idade e perspectivas. Mas se essa curva de indiferença da felicidade que promove o máximo de bem-estar muda ao longo do tempo, talvez algumas coisas, para muita gente, possam ter um caráter mais perene. Sendo isso verdade, para além dos psicólogos e profissionais afins, economistas tem se dedicado as variáveis da ciência econômica com maior relação ao estado de bem-estar da população. Por ser virtualmente um conceito imensurável de utilidade nos moldes tradicionais (algumas técnicas já foram desenvolvidas), a confiabilidade de pesquisas é "baixa" e, portanto, identificar fatores que influenciam positivamente ou negativamente nossos sentimentos – sobretudo se com identificação de importância – ganha extrema relevância.

A promoção de uma economia pujante, com empregos e salários decentes, ambiente saudável e liberdade com regras claras e aplicada, é fator determinante e influencia diretamente o sentimento de felicidade das pessoas. Nesta linha de raciocínio, governos necessitam ainda entregar saúde, educação, infraestrutura e proteção social, bem como fortalecer instituições e diminuir a corrupção. Formuladores de políticas públicas sabem disso, seguem pesquisas acadêmicas e tem se envolvido cada vez mais nesse propósito, notadamente nos chamados países de primeiro mundo. O próprio [World Happiness Report 2023](#) atesta essa evolução nos últimos dez anos, inclusive com

mensurações de satisfações médias em diferentes países e o que explicam as eventuais diferenças. Governos podem ajudar!

Como política pública, portanto, a promoção de bem-estar precisa alcançar a sociedade de forma mais equânime possível, pois a desigualdade é maior com os mais pobres. Assim, a distribuição de felicidade deve ser de tal sorte que a disponibilização dos fatores (direitos humanos mínimos) seja de amplo acesso, e as pessoas possam fazer uso como, de quanto e quando precisarem. Desta forma, as definições de democracia e liberdade precisam ser consolidadas, independentemente de contexto e ideologias. Mais ainda, é preciso pensar e garantir esses direitos às futuras gerações, sustentabilidade, afinal "ninguém" deseja ser feliz sozinho, ou mesmo desconsidera deixar algum legado para seus descendentes.

Assim, de políticas macroeconômicas, para uma perspectiva individual, vários domínios de nossas vidas podem estar relacionados a conceitos e eventos para além do bem-estar momentâneo. Segundo pesquisas, esses fatores, em regra, influenciam de sorte que alguns componentes – inclusive dinheiro (este com ganhos marginais decrescentes) – tenham peso relativo menor. A relação social e o altruísmo, por exemplo, se destacam como de altíssima correlação com maiores níveis de felicidade. Portanto, se já é difícil descobrir a função utilidade de um indivíduo na prática, talvez o melhor caminho seja a identificação de nossas preferências – como gastamos nosso dinheiro e tempo. De fato, a alocação de tempo com trabalho, lazer, etc., é um indicador do que nos influencia, seja por necessidade ou escolha. Na maximização da utilidade, identificados os componentes que trazem qualidade de vida e o bem-estar, precisam então ter restrições mínimas, ainda que neste caso se chegue, teoricamente, a uma situação sub-ótima.

A procura pelo bem-estar de longo prazo importa, e muito. Alcançar a felicidade, sobretudo no conceito mais amplo de Eudaimonia de Aristóteles, parece traduzir o que podemos ter e ser de melhor. De toda sorte, está claro que muito do que aspiramos como felicidade está sob nosso controle – assim, mais uma vez, somos protagonistas de nossas vidas e, na medida do possível, podemos, como a Economia da Felicidade nos "ensina", maximizar nossa utilidade (satisfação). A decisão é nossa!

¹ Mario Serpa é economista da Redwood Asset Management